



**A historiografia portuguesa em
tempos de “política do espírito”:
o caso da revista *Brasília*, do
Instituto de Estudos Brasileiros da
Universidade de Coimbra (1942-1949)**

Marcello Felisberto Moraes de Assunção

Práticas da História 1, n.º 2 (2016): 57-88

www.praticadashistoria.pt

Marcello Felisberto Moraes de Assunção

A historiografia portuguesa em tempos de “política do espírito”: o caso da revista *Brasília*, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra (1942-1949)

Pretendemos, neste estudo, perscrutar as relações entre a historiografia portuguesa e as práticas institucionais da “política do espírito” salazarista, tendo a revista *Brasília*, entre os anos de 1942 e 1949, como um caso exemplar dessas relações. Em um primeiro momento, demonstraremos as relações entre o campo historiográfico e o salazarismo de forma geral. Em seguida, direcionamos o foco para a produção historiográfica da revista *Brasília* com o intuito de salientar as relações entre essas produções e a defesa do discurso da unidade da História entre Brasil e Portugal. Assim, evidenciaremos como essa suposta unidade é criada a partir de uma imagem “cristã” e “humana” do processo colonizador português no Brasil, tornando clara a vinculação desta historiografia com uma visão de mundo autoritária, imperialista e etnocêntrica.

Palavras-chave: Historiografia; Salazarismo; Política do Espírito; Etnocentrismo.

The Portuguese historiography in times of “politics of the spirit”: the case of *Brasília*, the magazine of the Brazilian Studies Institute of the University of Coimbra (1942-1949)

We intend in this study scrutinize the relations between the Portuguese historiography and the institutional practices of the Salazar’s “Policy of the Spirit”, and the *Brasília* Magazine, in the years 1942-1949, as an exemplary case of these relations. Then we direct the focus to the historical production of *Brasília* magazine in order to highlight the relations between these productions and the defense discourse of the unity of history between Brazil and Portugal. So, will highlight how this supposed unity is created from a “Christian” and “human” image of Portuguese colonization process in Brazil, making clear the link of this historiography with a authoritarian, imperialist and ethnocentric world vision.

Keywords: Historiography; Policy of the spirits; Salazarism; Ethnocentrism.

A historiografia portuguesa em tempos de “política do espírito”: o caso da revista *Brasília*, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra (1942-1949)

Marcello Felisberto Moraes de Assunção*

Os anos 1930 representaram um período de grande crescimento da produção editorial em Portugal, havendo um verdadeiro surto de revistas relacionadas à temática colonial¹. Nesse contexto, surgira uma produção periódica voltada para a aproximação entre Brasil e Portugal. Tal fato pode ser atribuído à crescente proximidade institucional entre intelectuais de ambos os lados do Atlântico, como também, no âmbito estatal, em razão de políticas oficiais que desembocam no apoio à formação de instituições, criação de periódicos, eventos e na consolidação de acordos culturais e ortográficos². A revista *Brasília* é um caso emblemático desse processo. A mesma emerge em 1942 como publicação do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de Coimbra, com o apoio oficial, em seus dois primeiros números (1942-1943), do Instituto para a Alta Cultura e do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN). Publicava artigos e críticas de portugueses e brasileiros que visavam difundir a cultura e a história brasileira a partir dos seus vínculos com Portugal, seja no período colonial ou na história recente. Foi uma

* Universidade Federal de Goiás e ICS-UL [marcellofma@gmail.com]

1 Sobre esse “boom”, ver o capítulo II da tese de doutoramento de Nuno Miguel Magarinho Bessa Moreira, *A Revista de História* (1912-1928): Uma Proposta de Análise Histórico-Históriográfica (Tese de doutoramento, Universidade do Porto, 2012).

2 Carmem G. Burget Schiavon, *Estado Novo e Relações Luso-Brasileiras* (Tese de doutoramento, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007).

produção acadêmica e institucional, predominantemente publicada por intelectuais vinculados à Universidade de Coimbra e/ou às instituições oficiais do regime³. Seu último número foi publicado em 1968.

Neste artigo, não aprofundaremos todas as nuances internas da revista (diretores, seções, etc.), mas perscrutaremos uma dimensão específica da mesma: o estudo de sua produção historiográfica (seja ela produzida, propriamente, por historiadores ou por intelectuais fora do campo) nos seus três primeiros números (1942-1943, 1949). Por isso deixaremos de lado o contexto específico das relações entre Brasil e Portugal e da política do pan-lusitanismo, já perscrutado em minha dissertação de mestrado⁴. Para assim aprofundarmos propriamente no estudo da história produzida por esta revista. Entretanto, antes de aprofundarmos no tema, a partir dos artigos e críticas da revista, contextualizaremos a produção da História em Portugal, para assim compreendermos melhor as relações entre a historiografia produzida no período com aquela que foi publicada na revista *Brasília*.

1. O CAMPO HISTORIOGRÁFICO PORTUGUÊS EM TEMPOS DE “POLÍTICA DO ESPÍRITO”

Às almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século procuramos restituir o confronto das grandes certezas. Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever.⁵

3 Como apontei em minha dissertação de mestrado sobre a Revista *Brasília*, nos anexos 7, 8 e 9, a grande maioria dos intelectuais que publicavam na revista eram intelectuais da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra ou ex-alunos, e, também, em alguns casos, pessoas ligadas a outras instituições acadêmicas ou à institucionalidade de forma geral, ver: Marcello Felisberto Morais Assunção, “*Ver o Outro nos Próprios Olhos*”: A Revista Brasília e o Projeto de Lusitanização do Atlântico Sul (1942-1949) (Tese de mestrado, Universidade Federal de Goiás, 2014), 137-147.

4 Marcello Felisberto Morais Assunção, “*Ver o Outro nos Próprios Olhos*”: A Revista Brasília e o Projeto de Lusitanização do Atlântico Sul (1942-1949).

5 António de Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, vol. 2 (Coimbra: Coimbra Editora, 1959), 130.

A História foi, dentro ou fora da academia, durante o salazarismo, de suma importância para a construção e afirmação de um *ethos* lusitano imperialista e corporativista. Sua escrita esteve mediada por uma gestão das lembranças que buscou, através de certas instituições, criar condições para que os intelectuais portugueses soubessem o que deveria ser dito e o que deveria ser silenciado, como Salazar deixa explícito na epígrafe supracitada. Nesse sentido, há uma íntima relação da escrita da História com a política salazarista.

Para Jorge Ramos do Ó “as regras da reconstrução histórica e inteligibilidade do passado se apresentavam como solenidade retórica de coisas já unânimes”⁶. O salazarismo, por meio da montagem de um dispositivo cultural, entre os anos de 1933 e 1949, buscou institucionalizar e unificar as distintas produções no seio do campo da cultura, em diversos âmbitos, com o intuito de controlar e censurar qualquer expressão de dissenso e de glorificar as vozes a favor do regime⁷. A historiografia, a Etnologia, a Antropologia, a Geografia e outras disciplinas foram usadas em diversos momentos como instrumentos para afirmar os mitos do Estado Novo. Jorge Ramos do Ó considera esse período de fausto da política cultural de pretensão totalitária como os anos da “política do espírito”⁸, período em que se insere a produção editorial da revista *Brasília* e de tantas outras surgidas com o apoio de instituições vinculadas direta ou indiretamente ao Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) e, posteriormente, ao Secretariado Nacional de Informação (SNI).

Uma parcela significativa do campo intelectual português do período reiterou, a partir de sua vinculação com o projeto oficial da política cultural do Estado Novo português, uma interpretação da História de Portugal, e de suas ex-colônias, de pretensão universal, mas que se direcionou para a afirmação de suas mitologias nacionais. Esse

6 Jorge Ramos do Ó, *Os Anos de Ferro: Dispositivo Cultural durante a Política do Espírito, 1933-1949* (Lisboa: Estampa, 1999), 78.

7 Jorge Ramos do Ó, *Os Anos de Ferro: Dispositivo Cultural durante a Política do Espírito, 1933-1949* (Lisboa: Estampa, 1999), 19.

8 Jorge Ramos do Ó, *Os Anos de Ferro: Dispositivo Cultural durante a Política do Espírito, 1933-1949* (Lisboa: Estampa, 1999).

enquadramento da memória esteve presente ao longo das críticas, artigos e conferências da revista *Brasília*, partindo da positividade de uma interpretação que glorificava o legado português no mundo, e em particular no Brasil, ou na correção hipercrítica de obras que negavam esse legado.

Tal perspectiva analítica, que torna certa interpretação da história como “absoluta” e “irrefutável”, não é estranha ao que se fazia no campo historiográfico português do período, ou mesmo fora deste campo. Encontramos na produção historiográfica dominante uma visão oficial da história que foi reiterada por instituições para além da Universidade de Coimbra, que buscavam afirmar o papel do português na construção do mundo moderno. Não é, dessa maneira, mero acaso o número elevado de análises sobre o passado colonial e ultramarino, pois seria nesses períodos que encontraríamos, segundo esses intelectuais, um “exemplo para o presente”, alimentando a ideia de que o regime salazarista seria “o futuro do nosso melhor passado”⁹.

Ao se voltarem para esse passado longínquo, intelectuais predominantemente católicos e integralistas – como João Ameal, Alfredo Pimenta, Caetano Beirão, Rodrigues Cavalheiro, A. Mattoso, entre outros – defendiam um nacionalismo que continha, em sua essência, os supostos “valores eternos da lusitanidade”. Ignorava-se o passado recente e, sobretudo, as revoltas republicanas (revirahistas), comunistas ou anarquistas, massacradas ao longo do processo de institucionalização do salazarismo¹⁰, ou mesmo as crises sociais no período da economia de guerra nos anos 1940¹¹, em prol de uma História harmônica de grandes heróis e mitos nacionais.

Para Vitorino Magalhães Godinho, os grandes empreendimentos historiográficos do período, como é o caso da “*Edição Barcelos*”, diri-

9 Fernando Catroga, “Ritualizações da História,” In *História da História de Portugal*, ed Fernando Catroga, Fernando, José Maria Amado Mendes e Luís Reis Torgal (Lisboa: Círculo de Leitores, 1996), 585.

10 Luís Farinha, “O Revirahlo: revoltas republicanas contra a ditadura do Estado Novo (1926-1940)”. (Lisboa: Editorial Estampa, 1998).

11 Fernando Rosas, “Portugal entre a paz e a guerra: Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesa 1939-1945”. (Lisboa: Editorial Estampa, 1990).

gida por Damião Peres, não serviram de trampolim para um aprofundamento da História. Portanto, foram obras que mais “fecha[ra]m os horizontes” do que trouxeram uma renovação no campo da pesquisa historiográfica¹². Essa incapacidade de renovação aconteceu, em grande medida, por conta do isolamento da intelectualidade portuguesa em relação às grandes correntes culturais e ideológicas do período (historiografia britânica, Annales, marxismo, sociologia do conhecimento etc.), não dando continuidade ao legado inovador de figuras como Oliveira Martins e Alexandre Herculano¹³. Godinho também aponta alguns outros problemas da historiografia portuguesa decorrentes desse seu isolamento, como a falta de estudos econômicos e sociais, a “exaltação” de heróis e períodos históricos e o isolamento dos acontecimentos de Portugal frente à História geral da Europa. Fatores estes que restringiram o campo historiográfico português do período analisado a pensar a sua inserção no âmbito de uma história problematizador¹⁴.

Francisco José Calazans Falcon, em uma análise global da historiografia portuguesa, argumenta, de forma análoga à de Godinho, que o isolamento de Portugal foi um dos grandes motivos para a permanência de modelos historiográficos bastante criticados no período. O processo de renovação teria sido amputado com a perseguição, exílio, ou exclusão daqueles que não aceitavam o estado da arte dominante¹⁵. Das produções intelectuais emergidas dessa conjuntura, a Revista Portuguesa de História da Faculdade de Letras de Coimbra destaca-se como o espaço mais importante para a discussão dos debates em torno da História medieval e ultramarina, no âmbito de uma perspectiva “documentalista” e “narrativa” própria da influência da escola metódica.

12 Vitorino Magalhães Godinho, “Historiografia Portuguesa no Século XX,” in *Antologia da Historiografia Portuguesa: de Herculano aos nossos Dias*, A. H. Marques. (Lisboa: Publicações Europa-América, 1975), 276.

13 Vitorino Magalhães Godinho, “Historiografia Portuguesa no Século XX,” in *Antologia da Historiografia Portuguesa: de Herculano aos nossos Dias*, A. H. Marques. (Lisboa: Publicações Europa-América, 1975), 276.

14 Vitorino Magalhães Godinho *Os Descobrimentos e a Economia Mundial* (Lisboa: Editorial Presença, 1991), 8.

15 Francisco José Calazans Falcon, “Historiografia Portuguesa Contemporânea: Um Ensaio Histórico Interpretativo,” *Estudos históricos* 1 (1988): 92.

Todavia, em todos os seus volumes, publicados de 1941 até a década de 1960, não há um artigo sequer sobre os séculos XIX e XX¹⁶.

A narrativa histórica produzida pela Academia Portuguesa de História foi também defensora da interpretação oficial do salazarismo. A instituição foi criada pelo decreto-lei n.º 26 611 de 19 de maio de 1936, quando António Carneiro era ministro da Educação Nacional. Este foi um dos principais espaços de releitura da História portuguesa, com o objetivo de cultuar as tradições e as figuras notáveis da pátria segundo uma perspectiva nacionalista ufanista. Tal objetivo é explícito no terceiro e quarto artigos do estatuto da instituição:

3.º- Organizar e publicar, por iniciativa própria ou por indicação do governo, os processos referentes a problemas históricos sobre os quais haja divergências de interpretação, procurando definir a verdade no interesse nacional;

4.º- Publicar, em língua portuguesa e estrangeira, obras de consulta que facilitem o seguro conhecimento de tudo que se relacione com a expansão civilizadora de Portugal no mundo¹⁷.

A defesa dessa ortodoxia, no seio do campo historiográfico, atravessou um amplo espectro de intelectuais da heterogênea direita portuguesa. Além da produção acadêmica, desenvolvida em periódicos e instituições, citada até aqui, podemos encontrar essa visão da História de Portugal também em outras expressões sobre o passado fora da academia, e, em particular, no ensino de História e na iconografia histórica das grandes festividades portuguesas dos anos 1930 e 1940.

Como aponta grande parte da historiografia contemporânea, o ensino de História foi o principal *locus* de reprodução de uma narrativa histórica oficial instrumentalizada durante o salazarismo. Segundo

16 A. H. Marques, *Antologia da Historiografia Portuguesa: de Herculano aos nossos Dias* (Lisboa: Publicações Europa-América, 1975), 49.

17 Estatutos da Academia Portuguesa de História *apud*, Luis Reis Torgal, “Sob o signo da ‘reconstrução nacional,’” in *História da História de Portugal*, ed Fernando Catroga, José Maria Amado Mendes, Luís Reis Torgal. (Lisboa: Círculo de Leitores, 1996), 251.

Sérgio Campos Matos, desde o início da ditadura militar, em 1926, o ensino de História passou por uma série de reformas que buscavam, de forma geral, instrumentalizar os currículos em prol dos valores de um regime declaradamente autoritário, corporativo, antiliberal, antidemocrático e antissocialista. No entanto, é somente a partir de 1936 que ocorrerá uma adaptação substantiva do ensino em prol da construção de uma mentalidade nacionalista e corporativa¹⁸.

Com a adoção do uso do livro único, no quadro de radicalização fascizante do período da Guerra Civil Espanhola (1936), há uma virada no sistema de ensino português, no sentido da transmissão de uma memória coletiva ultranacionalista, intensificando o conteúdo patriótico dos programas da maior parte das disciplinas e fortalecendo o controle sobre professores e suas aulas¹⁹. Concomitante à institucionalização do uso do livro único, também são instauradas uma série de decretos-lei que passaram a reger os conteúdos do professor em sala de aula, como é o caso exemplar do decreto-lei de 1936 n.º 27084, que diz no art.º 33.º: “O professor (...) imprimirá ao ensino o sentido colonial e corporativista”²⁰. E no art.º 5.º: “Tudo quanto (...) tem sido elemento de dissolução nacional, de enfraquecimento da confiança no futuro, falta e gratidão para com os esforços dos antepassados deve ser objeto de censura”²¹.

Desta forma, o ensino de História foi um dos instrumentos na caracterização das mitologias nacionais, incorporando os diversos lugares comuns da História oficial. A glorificação das grandes personalidades históricas – Afonso Henriques, Nun’Álvares, Camões, António Vieira, Infante D. Henrique, D. João IV, Alexandre Herculano, etc. – foi cen-

18 Sérgio Campos Matos. *História, Mitologia, Imaginário Nacional: A História no Curso dos Liceus (1895-1939)* (Lisboa: Livros Horizonte, 1990), 340.

19 Sérgio Campos Matos. *História, Mitologia, Imaginário Nacional: A História no Curso dos Liceus (1895-1939)* (Lisboa: Livros Horizonte, 1990), 170.

20 Decreto-lei n.º 27 084 *apud* Sérgio Campos Matos, “O Ultranacionalismo da Memória Institucional,” in *Portugal Contemporâneo (1926-1968)*. Volume IV, ed. António Reis. (Lisboa: Publicações Alfa, 1990), 344.

21 Decreto-lei n.º 27 084 *apud* Sérgio Campos Matos, “O Ultranacionalismo da Memória Institucional,” in *Portugal Contemporâneo (1926-1968)*. Volume IV, ed. António Reis. (Lisboa: Publicações Alfa, 1990), 344.

tral no seio dessas narrativas²². Estas figuras históricas foram usadas como modelos míticos, exemplos para o presente.

Ao analisar o conteúdo dos livros únicos da época, Matos resalta o papel do herói nessas produções. A ideia do herói-estadista, que se sacrifica em favor da construção da nação, foi bastante útil ao salazarismo, pois colocava Salazar ao lado desses grandes heróis, considerando-o por sua “incondicional” entrega ao interesse pelo “bem comum” nacional, acima de tudo²³. Quem está em dissenso ou fora dos valores do “português no mundo” é representado nessas narrativas como “infel”, “bárbaro”, “selvagem”, “desnacionalizado”²⁴. Os livros didáticos serviram, portanto, para a construção de uma consciência histórica imperialista, nacionalista e corporativista, hipervalorizando a ação do herói individual, canonizado, e afirmando, dentro desse sistema de valores maniqueísta, os períodos de “penumbras e as luzes”, os “demônios e heróis”²⁵.

Na iconografia das festas centenárias e comemorações dos anos 1930 e 1940, o herói é também uma figura central. Comemoram-se intensivamente as glórias dos fundadores e restauradores (Afonso Henriques, D. João IV, etc.) e dos descobridores e conquistadores (Pedro Álvares Cabral, Vasco da Gama etc.). O Padrão comemorativo é antiliberal, antissocialista, antidemocrático e projeta em seus discursos uma leitura “humanizadora” da colonização e do poder “heroico da raça”. A organização dessas iconografias serve-se de uma “lição apaixonada de História”²⁶, que afirma o lugar do português no mundo por meio da teatralização. As exposições foram uma reiteração do *ethos* imperialista e

22 Sérgio Campos Matos. *História, Mitologia, Imaginário Nacional: A História no Curso dos Liceus (1895-1939)* (Lisboa: Livros Horizonte, 1990), 166.

23 Sérgio Campos Matos. *História, Mitologia, Imaginário Nacional: A História no Curso dos Liceus (1895-1939)* (Lisboa: Livros Horizonte, 1990), 169.

24 Sérgio Campos Matos. *História, Mitologia, Imaginário Nacional: A História no Curso dos Liceus (1895-1939)* (Lisboa: Livros Horizonte, 1990), 172.

25 Sérgio Campos Matos. *História, Mitologia, Imaginário Nacional: A História no Curso dos Liceus (1895-1939)* (Lisboa: Livros Horizonte, 1990), 172.

26 Fernando Catroga, “Ritualizações da História,” In *História da História de Portugal*, ed Fernando Catroga, Fernando, José Maria Amado Mendes e Luís Reis Torgal (Lisboa: Círculo de Leitores, 1996), 585.

corporativista, o qual o regime buscava veicular. Através da orquestração de António Ferro, na parte interna do Secretariado de Propaganda Nacional/ Secretariado Nacional de Informação, houve uma homogeneização do discurso de tais festividades, a despeito de suas especificidades.

Fora deste enquadramento oficial podemos citar alguns poucos casos de uma historiografia heterodoxa nos anos da “Política do Espírito”. Com o protagonismo de António Sérgio, Jaime Cortesão e Veiga Simões encontramos a introdução de novos problemas a partir de um olhar que incorpora elementos da História Econômica, Social e também da Sociologia²⁷. Dessa forma, não é por mero acaso que estes serão as grandes influências de uma oposição insurgente na década de 1940, em meio à crise social, econômica e política do regime, como é o caso de Vitorino Magalhães Godinho. Estes intelectuais são um exemplo não só em razão de suas teorias e historiografia, mas também por seu confronto político que levou grande parte de tal heterodoxia ao exílio.

Em síntese, podemos afirmar que a História acadêmica foi predominantemente retrógrada, tanto em um âmbito teórico – por seu enquadramento nos pressupostos da Escola Metódica em seu caráter “documentalista” e supostamente “desapaixonado” de fazer História –, como no político – uma defesa velada e, em alguns casos, explícita ao autoritarismo corporativista de Salazar. No caso das histórias fora da academia, como aquelas no ensino de História e no comemoracionismo glorificador do passado heróico, houve uma clara e explícita instrumentalização da História no intuito de fomentar uma concepção de mundo vincada ao salazarismo.

Essa prática historiográfica vincada às “verdades eternas” do Estado Novo foi denominada por João Paulo Avelãs Nunes como “paradigma historicista e neo-metódico”²⁸. Segundo o autor, a historiografia, em

27 José Manuel Guedes Sousa, “Vitorino Magalhães Godinho: História e Cidadania” (Tese de mestrado, Universidade de Lisboa, 2012), 10.

28 João Paulo Avelãs Nunes, “A História Económica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1911-1974): Ascensão e Queda de um Paradigma Historiográfico (Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993).

particular a seção de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (local onde emerge a *Brasília*), serviu como *locus* de reprodução de uma memória quase que perfeitamente adequada aos intentos do regime. Para Nunes, este paradigma poderia ser sintetizado a partir dos seguintes elementos, que são, em sua maioria, correspondentes ao que vamos encontrar logo à frente na análise da *Brasília*:

Durante o seu longo período de estruturação e reprodução, o “historicismo neo-metódico” significou, nomeadamente, empirismo factualista e valorativo; delimitação de objetos de estudo de curto e médio prazos, ignorando-se as análises de longo prazo; nacionalismo e eurocentrismo; preferência pelas idades clássica, medieval ou moderna e ‘esquecimento’ da época contemporânea; valorização das vertentes político-institucional militar e diplomática, religiosa e da cultura erudita, com a inerente desvalorização das questões económicas, sociais e das “culturas heterodoxas”, atribuição de relevância explicativa à atuação das “grandes personalidades” – responsáveis pelas “grandes ideias” e pelos “grandes acontecimentos” – e silenciamento do papel desempenhado por determinadas camadas da população (pobres, mulheres e crianças, minorias, membros de “raças inferiores”, etc), identificação de “períodos de apogeu”, “épocas de decadência” e “etapas indignas” (...) limitação dos contatos com estudos e investigadores de diversos outros países e diabolização/perseguição dos proponentes de historiografias alternativas²⁹.

Por um lado, a análise da *Brasília* permite perceber a operatividade global do paradigma “historicista neo-metódico”. Por outro, apreender as relações entre essa escrita e os processos de nacionalização da cultura na criação do “novo homem”, ao qual a “política do espírito” almejava³⁰. Portanto, passaremos a analisar a materialidade específica

29 João Paulo Avelãs Nunes, “O Estado, a Historiografia e Outras Ciências/Tecnologias Sociais,” in *Historiografias Portuguesa e Brasileira no Século XX: Olhares Cruzados*, ed. João Paulo Avelãs Nunes, Américo Freire. (Coimbra: IUC, 2013), 9-10.

30 Essa pretensão totalizante e historicista na busca de um “ser nacional” da política cultural oficial do Estado Novo português, não deve ser isolada ao caso português, como se pode constatar comparativamente ao analisar as práticas do órgão oficial de propaganda do Estado Novo no Brasil, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Este órgão, ao angariar em torno

da revista *Brasília* afim de confrontar seus discursos com essa visão mais global da historiografia em tempos de “política do espírito”, com a particularidade de ser uma revista voltada para o estudo da cultura e História brasileira.

2. A IMAGEM DA HISTÓRIA COLONIAL BRASILEIRA NA REVISTA *BRASÍLIA*

É tempo de Portugal vir depor no tribunal da História, exibindo as certidões dos seus arquivos e reivindicando para o Brasil a honra de haver sido a primeira colônia da América em que gerou o sentimento da pátria: em que mais depressa se desenvolveram as letras e as artes: aquela que maiores sacrifícios teve de mostrar para defender a sua integridade (...) A importância que este austero trabalho de ciência histórica deverá assumir, tanto nas relações entre os dois povos, como na exaltação da consciência nacional brasileira, é de produzir na América a prole cavalheiresca dos heróis da guerra contra a Holanda, o talento político do Barão do Rio Branco e do Marechal Floriano, o gênio de Rui Barbosa, de Gonçalves Dias, Euclides da Cunha, de Machado de Assis (...) não merece ser suplantado no seu domicílio geográfico por outras raças e deve encontrar a resistência de uma consciência nacional orgulhosa das suas tradições e das suas origens, para não converter em uma alma híbrida e inconsciente aquela alma idealista ainda desde o embrião no materno seio da raça³¹.

Carlos Malheiro Dias, na conferência supracitada, proferida no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, em 1921, sobre o seu livro “História da Colonização Portuguesa no Brasil”, sintetiza muito bem a busca por grande parte da intelectualidade portuguesa de humanizar o processo colonizador português, fazendo o Brasil reconhecer,

de si, por meio do apoio a várias instituições, uma ampla gama de intelectuais, incluindo historiadores, contribuiu, de forma análoga ao SPN, para o apoio a uma historiografia nacionalista e reprodutora dos designios do regime, a despeito das nuances internas. Para uma análise do fenômeno (nomeadamente no seio da revista *Cultura Política*), ver: Ângela de Castro Gomes, *História e Historiadores* (Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996).

31 Carlos Malheiro Dias apud Marie-Jo Ferreira, *Os Portugueses, Atores das Relações Luso-Brasileiras, Fim do Século XIX, Início do Século XX*, 7. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/quartas_no_arquivo/2007/palestra_MarieJoFerreira.pdf.

por meio dos documentos históricos do período colonial (sua “certidão de nascimento”), o papel preponderante do português na sua História. Este objetivo verbalizado por Carlos Malheiros Dias pode ser encontrado nas diversas seções da revista *Brasília* que publicam artigos, documentos, críticas e conferências em torno de discussões no âmbito historiográfico. Na seção “História” – onde se resenham livros e periódicos de História escritos por brasileiros –, “Documentos” – considerados como parte da História comum luso-brasileira –, ou nas conferências e artigos – realizados também por portugueses, com temáticas em torno da História do Brasil e de suas personalidades –, encontramos uma estrutura significativa comum: a defesa intransigente da ação do português na matriz cultural brasileira.

Como não poderia ser diferente, os autores brasileiros selecionados em artigos, conferências ou nos livros a serem lidos reiteravam a positividade do português na construção do Brasil. Além de tudo, todos estes são, implícita ou explicitamente, nacionalistas e, em muitos casos também, antiliberais, antissocialistas e antidemocratas. Por conseguinte, estão mais ou menos em sintonia com a produção historiográfica portuguesa e, em particular, com a escola historiográfica coimbrã. Dentre os temas mais recorrentes estão aqueles que envolvem o período pré-independência do Brasil (1822). A colônia é entendida como a instância mítica onde originou-se a nacionalidade e organizaram-se as instituições culturais tão caras à sua formação social. Em uma carta de Mario Albuquerque publicada no primeiro volume da *Brasília* – que, ao ser invocado a escrever um artigo “doutrinário” para este, alega a impossibilidade, mas escreve alguns apontamentos em homenagem a Rebelo Gonçalves –, o mesmo refere alguns dos motivos para o estudo do Brasil em seus primórdios (História Colonial), para os portugueses e brasileiros:

Para nós, Portugueses, é um dever, uma necessidade, conhecer integralmente o Brasil – na sua ação e no seu espírito, no seu passado e nas suas possibilidades atuais. Se os brasileiros encontram no estudo das coisas portuguesas

uma fonte de ideias e de energia espiritual – o conhecimento e o culto das origens foram sempre para os povos um estímulo patriótico –, nós encontramos no estudo do Brasil certezas e esperanças consoladoras, verdadeiro antídoto para o pessimismo nacional (...). Se a epopeia da Índia é mais sumptuosa, mais estatuária, com grandes gestos, a epopeia do Brasil é mais fecunda, mais duradoura. Em nenhuma parte como aqui revelamos tão nitidamente o nosso sentido construtivo, a nossa extraordinária capacidade de resistência e sofrimento, a nossa tenacidade³².

O estudo do Brasil deveria voltar-se, portanto, para a compreensão da “verdade irrefutável”, de que a História supostamente afirma o Brasil enquanto prova das potencialidades colonizadoras do português. Este suposto *ethos* lusitano não poderia ser negado nas análises, visto que era um imperativo para o “estímulo patriótico” de ambos os lados do Atlântico. Diz ainda que “conhecer devotadamente” o Brasil seria por si só um ato nobre de política, “política do pan-lusitanismo”³³. A demonstração da singularidade da colonização portuguesa frente aos outros processos é um tema recorrente em uma grande diversidade de artigos. Tal singularidade “confirma[ria]” o mito da nação supostamente “pluriracial” e “harmônica”.

José Agostinho, no artigo “Os açorianos e o clima do Brasil”, busca evidenciar a “assombrosa capacidade adaptativa” do português aos diversos climas e circunstâncias do mundo³⁴. Seu principal indício para tal formulação está no clima das ilhas de Açores, mais de acordo com o clima tropical. Sendo assim, o português estaria mais adaptado a essas regiões do que os europeus em geral, tendo sido por isso mais apto para

32 Mário de Albuquerque apud *A Vida do Instituto de Estudos Brasileiros* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros), 754.

33 Mário de Albuquerque apud *A Vida do Instituto de Estudos Brasileiros* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros), 756.

34 José Agostinho, *Os Açorianos e o Clima do Brasil. Revista Brasília. Artigos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. III, 1946), 135.

a colonização do Brasil³⁵. Segundo Agostinho, as circunstâncias sob as quais o português sobreviveu a tão diferentes situações ainda seriam um mistério que deve ser desvendado por uma grande gama de estudiosos, em suas distintas especialidades, para assim “esclarecer a mágica deste povo, que, tão diminuto em número, levou o seu sangue, a sua civilização e a sua língua às mais desvairadas partes do orbe”³⁶.

Essa mística em torno da ação portuguesa no mundo também é afirmada por Ferraz de Carvalho em um artigo intitulado “Angola, pequeno Brasil”. Neste texto, o autor argumenta que a “vocaçãõ Atlântica” de Portugal, país “abandonado no calcanhar da Europa”³⁷ deve-se à sua vinculação com o mar e ao seu isolamento frente aos outros países. Sua vocação expansionista teria sido, segundo o autor, devida a essa necessidade do Atlântico em sua História. Em razão desta “capacidade inata” como colonizador, Portugal fez, segundo Carvalho, com que a colonização em Angola fosse “um exemplo para o mundo”, destacando a qualidade do expansionismo *sui generis* português³⁸.

Este processo de colonização deteria como sua principal particularidade uma colonização “cristã”, que “civiliza”, sendo, portanto, análoga ao que se teria feito no Brasil³⁹. Para o autor, em Angola estaria se formando um “novo Brasil” (o pequeno Brasil), que daqui a alguns anos se equipararia a esse irmão mais velho. Esta suposta vocação colonizadora portuguesa, afirmada pelo “sucesso” da colonização portuguesa no Brasil, aparecerá também em grande número de obras de brasileiras que são resenhadas nos volumes da *Brasília*.

É o que se sucede na crítica de Torquato de Sousa Soares ao livro de Afrânio Peixoto, *História do Brasil*, lançado no Porto e em Lisboa,

35 José Agostinho, *Os Açorianos e o Clima do Brasil. Revista Brasília. Artigos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. III, 1946), 136.

36 José Agostinho, *Os Açorianos e o Clima do Brasil. Revista Brasília. Artigos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. III, 1946), 136.

37 A. Ferraz Carvalho, *Angola, Pequeno Brasil. Revista Brasília. Artigos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 141.

38 A. Ferraz Carvalho, *Angola, Pequeno Brasil. Revista Brasília. Artigos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 142.

39 A. Ferraz Carvalho, *Angola, Pequeno Brasil. Revista Brasília. Artigos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 143.

em 1940. Antes de adentrar na análise da obra propriamente dita, Souza Soares cobre Afrânio de elogios, considerando-o como “o glorioso arauto da unidade espiritual luso-brasileira, que, com tanta elevação, nos soube dar esta certeza indestrutível”⁴⁰. Afirma que a *História do Brasil* é a “lição magnífica que faz transbordar o coração do pai que a recebe”, uma vez que confirma que a “nobre missão” que Deus confiou a Portugal foi recompensada com o reconhecimento do “filho” que se volta ao “pai” com gratidão⁴¹.

Ainda registra, segundo sua perspectiva naturalizadora das relações entre ambas as nações, que essa obra afirma o sentido “natural das coisas”, já que o filho, quando mais velho, “atingindo a maioridade”, deve ser “capaz de ensinar o próprio pai”, que não sem “orgulho e radiante alegria”, recebe tal lição⁴². A análise da obra, é, assim, imersa nesse sentido “familiar” de Portugal (representado pelo crítico) frente ao Brasil (o “filho prodigo” Afrânio Peixoto) em seus primeiros passos (História Colonial).

Souza considera que um dos elementos mais importantes da obra foi que ao evidenciar o processo de formação do Brasil, Afrânio não se esquecera de demonstrar como o mesmo só se formou enquanto um país “grande e forte” a partir do cuidado “materno” que a metrópole havia tido com sua colônia⁴³. Cita que Afrânio elege as características fundamentais de uma boa colonização: “boa imigração europeia, liberdade dos naturais e identidade moral de todos”⁴⁴, enquadrando o caso português neste critério, e diz ser em razão da colonização portuguesa que o Brasil se manteve no pós-independência como um país “grande e coeso”⁴⁵.

40 Torquato Soares, *História do Brasil (Afrânio Peixoto)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1942), 807.

41 Torquato Soares, *História do Brasil (Afrânio Peixoto)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1942), 807.

42 Torquato Soares, *História do Brasil (Afrânio Peixoto)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1942), 807.

43 Torquato Soares, *História do Brasil (Afrânio Peixoto)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1942), 810.

44 Torquato Soares, *História do Brasil (Afrânio Peixoto)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1942), 808.

45 Torquato Soares, *História do Brasil (Afrânio Peixoto)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1942), 809.

Para o crítico, o filho (Brasil) havia esquecido o que custou ao pai defendê-lo e protegê-lo frente às diversas intempéries que confrontou ao longo do processo colonizador⁴⁶. Registra que Portugal, em sua epopeia no Brasil, não pensava em “lucros ou em recompensas”, mas buscava colonizar e valorizar a terra que “nos enfeitiçou completamente”⁴⁷. Todo o processo colonizador no Brasil é narrado, segundo Souza Soares em sua leitura de Afrânio, nos marcos dos supostos princípios éticos cristãos. Sendo assim, tal processo é completamente *sui generis*. Destaca o seguinte trecho de Afrânio para reiterar sua visão “familiar” e “natural” de Brasil e Portugal:

Portugal, comparado a qualquer das nações colonizadoras de ontem ou de hoje, foi benemérito; julgado em si, teve a abnegação que só tem, na linguagem humana, um epíteto: foi materno... Como essas criaturas divinas que morrem, ou ficam perpetuamente enfermas, esvaídas de fadiga e fraqueza, por terem a glória de haver criado um filho muito grande...⁴⁸

Fundamentado em sua leitura de Afrânio, Souza Soares afirma que “nenhuma nação colonizadora fez mais ou melhor com as suas colônias do que Portugal”, pois países como Holanda, Inglaterra e Espanha ainda hoje “não assimilaram o indígena, nenhuma deu identidade moral ao aborígene, nenhuma nação conseguiu fazer uma nação tão una e idêntica quanto à mãe-Pátria, como Portugal”⁴⁹. É por este livro supostamente exaltar o papel do português no processo colonizador brasileiro, glorificando e naturalizando as relações entre Brasil e Portugal, que o crítico o avalia positivamente, afir-

46 Torquato Soares, *História do Brasil (Afrânio Peixoto)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1942), 809.

47 Torquato Soares, *História do Brasil (Afrânio Peixoto)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1942), 809.

48 Afrânio Peixoto *apud* Torquato Soares, *História do Brasil (Afrânio Peixoto)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1942), 810.

49 Torquato Soares, *História do Brasil (Afrânio Peixoto)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1942), 809.

mando que não é pela análise de “pormenores” ou a “solidez de raciocínios”, mas um grande “rigor” que mescla o “mais puro e mais fiel patriotismo à mais rigorosa objetividade científica”⁵⁰. Finaliza sua resenha afirmando que sente um grande orgulho de Afrânio por seu amor familiar, registrando que essa obra foi uma oferenda à pátria no momento do duplo centenário e por isto merece toda a “nossa gratidão”⁵¹.

Nas obras de Pedro Calmon, intituladas *História do Brasil. Primeiro tomo: As Origens (1500-1600)* e *Segundo Tomo: A Formação (1600-1700)*, resenhada por A. Pinto de Carvalho, encontramos uma perspectiva dos primeiros anos do Brasil análoga à do livro de Afrânio analisado anteriormente. Isto não é arbitrário. Ambos faziam parte da Academia Portuguesa de História e eram doutores *honoris causa* por Coimbra. Carvalho considera os anos iniciais da colonização, analisados por Calmon, como um dos capítulos mais “gloriosos da História do Portugal Ultramarino”, período que mostra, segundo o crítico, “o esforço colonizador da Metrópole, que pouco a pouco, através de múltiplas vicissitudes gerou a grandiosa nação que hoje se chama Brasil”⁵².

No primeiro volume, o crítico destaca o nascer tardio das colônias em decorrência das riquezas no Oriente⁵³. Considera as capitânias hereditárias e a ação dos jesuítas, em análise da obra de Calmon, como dois importantes elementos para a formação do Brasil⁵⁴. Do volume II, o crítico destaca da obra as vicissitudes da colônia frente à ocupação espanhola e a guerra contra a Holanda, sendo um momento fundante do “espírito nativista”, que teria sua existência vinculada à ação “heroica”

50 Torquato Soares, *História do Brasil (Afrânio Peixoto)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1942), 811.

51 Torquato Soares, *História do Brasil (Afrânio Peixoto)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1942), 811.

52 A. Pinto Carvalho, *História do Brasil, vols. I e II (Pedro Calmon)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943), 808.

53 A. Pinto Carvalho, *História do Brasil, vols. I e II (Pedro Calmon)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943), 808.

54 A. Pinto Carvalho, *História do Brasil, vols. I e II (Pedro Calmon)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943), 809.

dos missionários desde o início da colonização, reiterando tal argumento a partir de uma citação de Calmon:

(...) meio século e meio de colonização portuguesa, e, talvez sem erro possamos asseverar, era o fruto da acção persistente dos religiosos que desde o início mais do que ninguém tomaram a peito a educação do indígena e o soberam erguer até tomar consciência de si mesmo⁵⁵.

As instituições católicas também são um importante elemento a ser defendido na *Brasília*, como fica claro na frase de Calmon supracitada. O legado cristão (católico) deveria ser visto como algo necessariamente positivo pelos intelectuais que publicam na revista. A constante reiteração do catolicismo (através da ação evangelizadora dos missionários) como fundante para Portugal, e para todos aqueles sob a sua influência cultural (colônias e ex-colônias), foi um *a priori* de análise que não pode ser negado, já que este (em conjunto com a língua e o legado político-administrativo) afirmaria a continuidade do legado histórico no “mundo que o português criou”, sendo considerado uma das bases da afirmação de uma suposta relação “natural” e “familiar” entre o Brasil e Portugal.

O mesmo A. Pinto de Carvalho, em um artigo intitulado “A Companhia de Jesus e a colonização”, estudou a contribuição da Companhia de Jesus para o processo de colonização do Brasil nos seus anos iniciais. Para este, a Companhia de Jesus foi um dos fatores mais importantes para o “desabrochar da moderna civilização brasileira”⁵⁶. Reitera seu argumento apropriando-se das reflexões de Capistrano de Abreu, que acreditava, segundo Carvalho, ser impossível compreender a História do Brasil colônia sem estudar a ação da Companhia de Jesus⁵⁷.

55 Pedro Calmon *apud* A. Pinto Carvalho, *História do Brasil, vols. I e II (Pedro Calmon). Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943), 810.

56 Pinto de Carvalho, *A Companhia de Jesus e a Colonização do Brasil. Revista Brasília. Artigos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 245.

57 Pinto de Carvalho, *A Companhia de Jesus e a Colonização do Brasil. Revista Brasília. Artigos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 245.

Posteriormente, o autor argumenta que os jesuítas integraram-se completamente no movimento de expansão ultramarina de Portugal e, em particular, na colonização do Brasil, considerada por este como “o mais glorioso capítulo da expansão ultramarina da nossa pátria”⁵⁸. Tece uma série de elogios à ação dos primeiros missionários jesuítas, em 1549, por “realizarem um esforço sobre-humano para evangelizarem os ‘gentios’”⁵⁹.

José de Anchieta, o “Apóstolo do Brasil”, e Manuel de Nobrega, dois jesuítas do mesmo período, são vistos como os grandes propagadores da fé cristã, “engrandecendo” as suas distintas contribuições no Brasil. Para Carvalho, esses construíram com seu “suor” a “argamassa” que havia de consolidar os futuros pilares da civilização brasileira e, por isso, mereceriam toda a glória⁶⁰. Registra, em uma clara visão etnocêntrica e deformada do processo, que os índios, no limite do possível, foram protegidos e bem tratados por esses dois grandes apóstolos. Entretanto, se “fazia necessário” por conta da “mentalidade primitiva dos Índios”, tal como “crianças”, tratá-los devidamente com uma certa força, recurso que só seria usado, supostamente, em casos extremos⁶¹.

Além da “evangelização indígena”, os jesuítas são exaltados por sua notável contribuição à cultura literária e científica brasileira, considerando José de Anchieta “o pai da poesia brasileira”⁶². Suas contribuições também teriam encontrado eco na linguística, ao escrever a primeira gramática da língua tupi⁶³. Em razão dos “inúmeros legados dos jesuítas”, o autor pensa que se faz necessário retomar os estudos sobre a sua ação nos primórdios da História do Brasil, pois assim desco-

58 Pinto de Carvalho, *A Companhia de Jesus e a Colonização do Brasil. Revista Brasília. Artigos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 247.

59 Pinto de Carvalho, *A Companhia de Jesus e a Colonização do Brasil. Revista Brasília. Artigos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 250.

60 Pinto de Carvalho, *A Companhia de Jesus e a Colonização do Brasil. Revista Brasília. Artigos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 253.

61 Pinto de Carvalho, *A Companhia de Jesus e a Colonização do Brasil. Revista Brasília. Artigos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 253.

62 Pinto de Carvalho, *A Companhia de Jesus e a Colonização do Brasil. Revista Brasília. Artigos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 254.

63 Pinto de Carvalho, *A Companhia de Jesus e a Colonização do Brasil. Revista Brasília. Artigos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 254.

briríamos como o Brasil foi “amparado em seus primeiros passos” pela ação “patriótica” e “cristã” desses missionários⁶⁴.

A necessidade de proteger certa interpretação, tida como “absoluta”, é ainda mais visível nas produções que são explicitamente críticas aos elementos supostamente constitutivos do “ser lusitano”, como é o caso do catolicismo. Nesse sentido, a resenha de Fernando de Castro Pires de Lima ao livro de Joaquim Ribeiro, “O Folclore da Restauração”, publicação da Comissão dos Centenários de Portugal, em 1941, é emblemática. Ao longo da crítica, o resenhista discorda de uma série de afirmações que envolvem a questão da religiosidade peninsular.

Em uma dessas afirmações citadas pelo crítico, Joaquim Ribeiro diz que a religiosidade peninsular chegou “às raias do fanatismo”, de modo que interrompeu o ímpeto das artes, metamorfoseando-as em uma “arte sacra, mística, sombria, triste e recalcada”⁶⁵. O resenhista nega tal afirmação, dizendo que Ribeiro “desconhece a beleza austera e impressionante de nossas igrejas e catedrais”⁶⁶. Outro ponto de desvio, centrado sobre o anticatolicismo da obra, estaria residido no fato de Ribeiro afirmar que o ideal católico favoreceria “as heresias, as superstições e os sacrilégios”⁶⁷. Lima rebate dizendo que “se há ideal que contrarie as práticas supersticiosas, com energia, é precisamente o catolicismo e as suas verdades eternas” E ainda encontra um outro desvio, fundado neste anticatolicismo, a partir de uma outra frase de Ribeiro que diz que “a ortodoxia gera sempre oposições e rancores”, pelo que riposta que, ao contrário desta afirmação, o ideal católico foi a base de união da nação portuguesa. Segundo este, em razão do catolicismo, Portugal “criou um dos maiores impérios que o mundo tem visto” e afirma que se o “Brasil

64 Pinto de Carvalho, *A Companhia de Jesus e a Colonização do Brasil. Revista Brasília. Artigos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 255.

65 Fernando de Castro Lima, *O folclore da Restauração (Joaquim Ribeiro). Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943), 798.

66 Fernando de Castro Lima, *O folclore da Restauração (Joaquim Ribeiro). Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943), 799.

67 Fernando de Castro Lima, *O folclore da Restauração (Joaquim Ribeiro). Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943), 799.

é um país grande e próspero”⁶⁸ deve-o exatamente à sua unidade religiosa legada de Portugal.

Fernando de Castro Lima finaliza a crítica dizendo que o livro de Joaquim Ribeiro, “apesar de ser notável”, peca pelo seu anticatolicismo, e afirma em defesa do papel do catolicismo na construção de Portugal que “a fé criou o império. Será sempre a fé que há de iluminar Portugal na ladeira da sua História, e, se um dia esquecêssemos essa verdade, Portugal deixaria de ser Portugal”⁶⁹. Com base nestas considerações, fica claro que para o resenhista o catolicismo seria um dos elementos de afirmação da pátria-mãe e que não poderia ser negado, já que negá-lo seria negar o legado português no mundo, e por isto o caráter constantemente corretivo à obra de Joaquim Ribeiro.

A despeito do tom racista encontrado em alguns artigos e resenhas, o mito da nação “plurirracial” que lega ao Brasil um suposto *ethos* mestiço é recorrente em um número considerável de autores. Na conferência “O Brasil: a terra e o homem”, de Orlando Ribeiro, proferida no curso de férias da Faculdade de Letras de Coimbra, em 1940, encontramos uma interpretação freyriana do processo colonizador brasileiro. O conferencista inicia com um retrospecto da História do Brasil desde os seus primórdios, retratando a terra “descoberta” dentro dos parâmetros discursivos dos documentos inaugurais (Carta de Pero Vaz de Caminha e o Diário de Navegação de Pero Lopes). Reitera, a partir destes documentos, o “caráter” primitivo do índio e o estado “virgem” da terra “à espera de gente capaz de revelar todas as possibilidades que em si continha”⁷⁰.

Ainda sobre os gentios, representa-os como sem “nenhuma crença” (tal qual a descrição de Pero Vaz), “sem fé, lei ou rei”, crendo, assim, que os índios foram “facilmente” se adaptando aos “gestos dos

68 Fernando de Castro Lima, *O folclore da Restauração (Joaquim Ribeiro)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943), 799.

69 Fernando de Castro Lima, *O folclore da Restauração (Joaquim Ribeiro)*. *Revista Brasília. Crítica* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943), 803.

70 Orlando Ribeiro, *O Brasil: A Terra e o Homem*. *Revista Brasília. Conferências e Discursos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 379.

portugueses e à adoração à cruz”⁷¹. Mais à frente no texto, mostra, arregimentado de leituras freyrianas, que a organização social brasileira, no período colonial, singularizava-se a partir da institucionalização da “Casa Grande e Senzala”. Esta sociedade seria regida, segundo Ribeiro, pela economia do açúcar e pelo poder absoluto do “patriarca”⁷².

Para o mesmo, ainda fundamentado em Freyre, formaram-se entre brancos, índios e negros relações sociais bastantes singulares. Isso se deveria ao fato de que o colono, ao se relacionar intimamente com estes, guardado as crueldades frequentes, fixar-se-ia melhor ao solo, criando laços com outras “raças”⁷³. A afeição à mulher de cor e a preocupação do Estado em casar os colonos com índias dever-se-ia, segundo Orlando Ribeiro, à completa “ausência de preconceitos que levassem o português a afastar-se do contacto das raças indígenas (...) e o pendor fácil para a poligamia, de povo que viveu na orla do mundo muçulmano e dele incorporou alguma parte”⁷⁴. Afirma ainda diversos outros elementos citados por Freyre que concedem ao português a sua capacidade de “adaptabilidade”, “aclimatação” e “transparência”⁷⁵. Citando os diversos legados do negro e indígena para a formação social brasileira, demonstraria, ainda em uma leitura marcadamente freyriana, os diversos níveis de “hibridismo” entre a cultura portuguesa, indígena e negra⁷⁶.

Para Orlando Ribeiro, o Brasil só seria uma nação mestiça, “livre de pré-conceitos de raça”, por legar de Portugal e do seu processo colonizador a marca de um colonialismo “democrático”, mais humano em relação às praticas excludentes e racistas de uma Inglaterra na América

71 Orlando Ribeiro, *O Brasil: A Terra e o Homem. Revista Brasília. Conferências e Discursos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 380.

72 Orlando Ribeiro, *O Brasil: A Terra e o Homem. Revista Brasília. Conferências e Discursos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 385.

73 Orlando Ribeiro, *O Brasil: A Terra e o Homem. Revista Brasília. Conferências e Discursos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 384.

74 Orlando Ribeiro, *O Brasil: A Terra e o Homem. Revista Brasília. Conferências e Discursos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 385.

75 Orlando Ribeiro, *O Brasil: A Terra e o Homem. Revista Brasília. Conferências e Discursos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 385.

76 Orlando Ribeiro, *O Brasil: A Terra e o Homem. Revista Brasília. Conferências e Discursos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 389.

do Norte ou mesmo de uma Espanha⁷⁷. Como fica claro na conferência de Orlando Ribeiro, o mito da democracia racial estruturado por Freyre em *Casa Grande & Senzala* já aparecia, no seio do campo intelectual, com o intuito de reiterar a contribuição do português no Brasil e no mundo, na década de 1940⁷⁸.

Além dos artigos e resenhas analisados até aqui, há também uma seleção e análise de um grande número de documentos do período colonial que são publicados na *Brasília*. Nas seções “Documentos”, “Notas” e “Antologias”, encontramos diversas portas para a compreensão dessa imagem mitificada do período colonial brasileiro. Há diversas publicações de documentos da história colonial comentados, organizados e selecionados ao longo da *Brasília*. A. G. Rocha Madahil, em uma seleção de documentos intitulada “Para a história dos processos do povoamento português”, buscou demonstrar, através da correspondência do governador de São Paulo D. Luís António de Sousa, em 1775, as instruções gerais para a realização de uma “boa colonização”. Nessas cartas, Madahil percebia o “cuidado que o povoamento pacífico e ordenado merecia à metrópole”⁷⁹.

Este povoamento contou, segundo a interpretação do autor a carta analisada, com os “princípios da humanidade” e “boa política colonial” para assim “civilizar” o gentio⁸⁰. Entre os fatores dessa “boa política”, o autor cita a criação de vilas para indígenas e colonos, a liberdade de trânsito e de comércio entre indígenas e colonos e o casamento entre índios e colonos. Todas essas seriam recomendações do próprio governo português⁸¹. Essa igualdade de “raças” e de “direitos” é considerada por

77 Orlando Ribeiro, *O Brasil: A Terra e o Homem*. *Revista Brasília. Conferências e Discursos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942), 396.

78 Como demonstra Castelo (1999), a despeito de Gilberto Freyre estar presente em algumas esparsas discussões no campo cultural, ainda não era muito conhecido fora da academia. Foi somente na década de 1950 que se tornou conhecido como “ideólogo do regime” no seio do campo político, através do seu luso-tropicalismo.

79 A. G. Rocha Madahil. *Para a História dos Processos do Povoamento Português no Brasil*. *Revista Brasília. Documentos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943), 615.

80 A. G. Rocha Madahil. *Para a História dos Processos do Povoamento Português no Brasil*. *Revista Brasília. Documentos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943), 617.

81 A. G. Rocha Madahil. *Para a História dos Processos do Povoamento Português no Brasil*. *Revista Brasília. Documentos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943), 616.

Madahil como algo muito próprio da governança portuguesa na colônia brasileira⁸².

Mais à frente, diz que o cuidado do governador de São Paulo no período foi uma constante na colonização portuguesa no Brasil, não se afastando desta prática rotineira, e, por isso, o português deveria ser considerado “entre os demais colonizadores como os mais benignos, sensatos e humanos” e ainda reitera que “uma orientação por assim dizer científica animava as instruções emanadas da Metrópole, procurando finalidade aos métodos colonizadores e não abandonando ao acaso o resultado dos nossos esforços (...)”⁸³.

Finaliza sua análise dos documentos, que antecede a publicação dos mesmos, explicitando um claro teor glorificador da colonização portuguesa em relação aos outros processos: “[e]m confronto com a actuação e os processos dos demais colonizadores, Portugal apresenta-se serenamente perante o severo e inflexível julgamento da História: tem por si os documentos dos arquivos, e não os desmentem os magníficos documentos humanos do Brasil esplendoroso”⁸⁴.

Na seleção de documentos organizada e comentada por Vitorino Nemésio, intitulada “Pequena antologia dos primeiros escritos brasileiros”, deparamo-nos com uma seleção que busca, explicitamente, revelar o que entende como os documentos primordiais do “achamento do Brasil”. Analisa em Pero Vaz de Caminha, o diário de navegação de Pero Lopes de Sousa, os escritos de José de Anchieta, entre diversos outros documentos desse momento inicial, os diferentes elementos dessa “literatura primordial”. Segundo Nemésio, estas obras são “fundadoras da literatura brasileira”:

Por literatura brasileira tem de entender-se, no século XVI, e mesmo bastante depois, várias formas de escrita em que o Brasil é o objeto, e o sujeito (...) um homem que lá

82 A. G. Rocha Madahil. *Para a História dos Processos do Povoamento Português no Brasil. Revista Brasília. Documentos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943), 616.

83 A. G. Rocha Madahil. *Para a História dos Processos do Povoamento Português no Brasil. Revista Brasília. Documentos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943), 619.

84 A. G. Rocha Madahil. *Para a História dos Processos do Povoamento Português no Brasil. Revista Brasília. Documentos* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943), 619.

chegou que ainda não é nativamente brasileiro, mas já o é naturalmente, só pelo facto da abordagem e de sentir tomado por uma selva e um céu novo. O facto processo narrativo que consiste em revelar as coisas insólitas da fauna, da flora, do telúrico, pela comparação com as coisas de Portugal, denuncia nesses escritos primitivos o que se chamou o “reinol”, o homem do Reino. Mas este escritor causa não se faz de forasteiro. Aquilo que ele escreve já está impregnado de pura brasilidade; tem lá dentro uma maneira de ver e de tratar que denuncia o iniciado no mistério, o qual não dá direito a que lho tirem ou neguem (..) Esta identificação com as novas latitudes e sua natureza imensa faz desses portugueses recém-chegados à América verdadeiros brasileiros e, portanto, autênticos escritores de lá⁸⁵.

Dessa forma, tais crônicas sociais do século XV são interpretadas como supostas evidências dos primórdios da “brasilidade” encontrada discursivamente em germe nesses escritos formativos da nacionalidade brasileira. A nação no discurso de Némesio (e da intelectualidade da *Brasília* como um todo) tem uma existência vincada em mitos de origem; sendo atemporal. O conteúdo dos documentos publicados, considerados por Némesio como trabalhos etnográficos, tem, portanto, uma estrutura comum: todos retratam a suposta inocência dos índios, a sua barbárie (o canibalismo retratado no diário de navegação de Pero Lopes e nos escritos de Anchieta), reiteram a potência do indígena para cristianização (fundamentalmente em José de Anchieta) e afirmam uma visão das terras enquanto um “paraíso terrestre” (Pero Vaz e nos diários de navegação de Pero Lopes).

Se analisarmos o teor da imagem do processo colonizador brasileiro nesses artigos, críticas e documentos percebemos certos padrões discursivos que se repetem. O que se destaca é a defesa intransigente do português, e de suas distintas contribuições para a formação do Brasil. Esta contribuição deve-se, segundo este discurso, a um certo *ethos* lusitano, que supostamente fez com que o processo colonizador fosse “hu-

85 Vitorino Nemésio, *Pequena Antologia dos Primeiros Escritos Brasileiros*. *Revista Brasília. Antologia* (Coimbra: Instituto de Estudo Brasileiros, v. II, 1943), 507.

mano” e “cristão”. Essa História não é feita por grupos ou classes, mas por meio da ação de certos indivíduos heroicizados, e, em particular, aqueles que são estadistas. Isso é próprio da abordagem dos intelectuais da *Brasília*, imersos em uma certa História político-diplomática, cujas principais características foram tão criticadas pelos “Annales” no mesmo período. Os distintos acontecimentos do período colonial são analisados como consequência de certos indivíduos, ignorando os fatores econômicos ou sociais que são drasticamente deixados de lado.

Dentre os diversos eventos do período colonial narrados na *Brasília*, o descobrimento foi aquele em que percebemos uma maior presença das mitologias nacionais do salazarismo. As interpretações desse momento reproduziram a visão construída pela leitura dos primeiros navegadores ou missionários. As imagens criadas por Pero Vaz de Caminha e outros – a ideia de docilidade, inocência vinculada à ausência de crenças e a barbárie vinculada à suposta incapacidade de “domesticação” de animais e plantas – foram transformadas em uma série de lugares etnograficamente comuns, que são reiterados ao longo da *Brasília*.

A História falaciosa, de uma “terra virgem” apossada pelos portugueses, só se torna coerente quando se nega a historicidade dos “gentios”, supostamente “sem fé, lei ou rei”. Como reitera Eni Pulcinelli Orlandi ao perscrutar o discurso colonial, “o princípio talvez mais forte de constituição do discurso colonial, que é o produto mais eficaz do discurso da descoberta, é reconhecer apenas o cultural e desconhecer (apagar) o histórico, o político”⁸⁶. Essa desistoricização da história, com o intuito de afirmar a ideia mítica de nação constituída desde os “Descobrimientos” e não como produto de lutas dos movimentos nacionais modernos, é própria dos discursos da *Brasília*.

Como reiterámos anteriormente, o olhar tem um lugar específico no seio da *Brasília*, pois buscava-se, ao revelar o Brasil aos portugueses, direcionar pedagogicamente a visão do país para um mesmo horizonte de visibilidade do pai, que em razão da sua maior experiência teria a

86 Eni Pulcinelli Orlandi, *Terra à Vista, Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo* (São Paulo: Cortez, 1990), 16.

competência para guiá-lo. Para Orlandi, o discurso do “descobridor” constrói o “descoberto” como seu “outro”, que só pode existir na sua semelhança⁸⁷. Qualquer tentativa de desvio a essa imagem, por uma simples historicização que atribuísse o lugar do negro e do indígena como equivalente ao português, significava um contrassenso, já que nesse discurso fora unicamente o português quem tinha legado ao Brasil a possibilidade de ser uma nação moderna, por meio do legado linguístico, religioso, territorial e cultural.

Dessa forma, a historiografia da *Brasília* constrói uma representação do período colonial que legitima a imagem de um império português “atemporal”, “plurirracial” e “transterritorial”, visto que coloca as contribuições do português como constitutivas do “ser brasileiro”, que não era mais, segundo este discurso, do que um português em terras tropicais. Essa contradição entre o discurso da “neutralidade” e “imparcialidade” e a defesa intransigente ao regime está presente de forma unânime nas narrativas da *Brasília*. Ao revelarem o Brasil a Portugal, buscavam uma imagem da História do Brasil que correspondesse a uma concepção de mundo marcadamente imperialista, autoritária e corporativa. Todo critério de seleção e avaliação foi orientado pela defesa de uma concepção de mundo oficial formada por certos valores, constitutivos de um suposto caráter lusitano.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, as produções intelectuais da *Brasília* que se voltaram para o passado português – produzidas por historiadores profissionais ou por intelectuais fora do campo – reiteraram uma visão da História que engrandecia o papel dos dominadores. Essa empatia com o vencedor, representado pelo mito do herói-estadista, é própria da crítica que Walter Benjamin faz do sujeito do conhecimento histórico no historicismo, cuja principal característica é sua forte identificação com os poderosos do passado e do presente. Nas suas teses sobre a História, e em par-

87 Eni Pulcinelli Orlandi, *Terra à Vista, Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo* (São Paulo: Cortez, 1990), 17.

ticular na sétima, Benjamin reitera que o historicismo se identifica enfaticamente com as classes dominantes, e que percebe a História como uma sucessão gloriosa dos fatos políticos e militares desta mesma classe, conferindo aos dirigentes destas o elogio, por meio da vinculação entre a vitória de hoje e a História do passado⁸⁸.

Essa História, fundada em um tempo homogêneo, vazio e mecânico, faria com que a vitória dos dominantes fosse dupla, pois nestas se colocaria cada vitória dos dominantes não só em um primeiro plano, mas também, na sua rememoração. Por isso, as lutas de classes se concretizariam, para este, em sua terceira tese, na dialética entre as coisas “duras e materiais” e “finas e espirituais”⁸⁹. O estranhamento é, portanto, um critério para o “historiador materialista” que se volta para a História humana, visto que o sujeito do conhecimento “frio”, “sem capacidade de estranhamento”, far-se-ia condescendente com o vencedor, sendo assim “instrumento das classes dominantes”. Em sua sexta tese, Benjamin registra que é preciso, em cada período, “arrancar a transmissão da tradição ao conformismo”, já que nem os mortos estão salvos. Escovar a História a contrapelo significaria ver os documentos da cultura, em sua criação e transmissão, também como documentos da barbárie⁹⁰.

Não poderia existir um procedimento mais distante do proposto por Benjamin do que aquele que a historiografia salazarista e, em particular os intelectuais da Universidade de Coimbra, faziam nos anos da “política do espírito”. Na realidade, tanto a produção acadêmica quanto a não acadêmica estavam predominantemente enquadradas no tipo de História que Benjamin criticava, ou seja, uma História empática com o vencedor, que vê os monumentos da cultura criados pela ação do “português no mundo” por uma ótica que não percebe a barbárie no processo de sua criação. Esta empatia com o vencedor foi visível

88 Walter Benjamin, “Sobre o Conceito de História,” in *Magia, Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre Literatura e História da Cultura* (São Paulo Editora Brasiliense, 1985), 225.

89 Walter Benjamin, “Sobre o Conceito de História,” in *Magia, Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre Literatura e História da Cultura* (São Paulo Editora Brasiliense, 1985), 224.

90 Walter Benjamin, “Sobre o Conceito de História,” in *Magia, Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre Literatura e História da Cultura* (São Paulo Editora Brasiliense, 1985), 225.

nas narrativas na *Brasília* tanto no que concerne à construção de uma História mitificada do período colonial brasileiro como na imagem do Estado Novo brasileiro criada por estes intelectuais.

Na primeira, legitimaram-se os principais “arautos” do processo colonizador português no Brasil em detrimento da historicidade dos indígenas para assim reiterar o argumento do Português como o “descobridor do Brasil”, além de colocar o negro em um segundo plano, tratando muitas vezes a sua contribuição sob um olhar explicitamente racista, ou, em alguns casos, representando o mesmo como um ser “incorporado” à sociedade brasileira em razão da vocação “plurirracial” portuguesa.

Como já analisamos em outro trabalho, os intelectuais da *Brasília* repetem essa mesma “empatia com o vencedor” nas análises do passado recente⁹¹, ao glorificarem a ação de Vargas e Salazar na construção de um Estado Novo no Brasil e em Portugal, afirmando um *ethos* luso-brasileiro condizente com os pressupostos do autoritarismo e do corporativismo. Assim, a historiografia da *Brasília* foi condizente com a interpretação oficial da História tão reproduzida dentro e fora da academia. Como também afirmou, ao mesmo tempo, o pan-lusitanismo, ao colocar em suas interpretações do passado e do presente uma suposta relação “natural” e “familiar” entre o descobridor e aquele que é descoberto.

91 Marcello Felisberto Morais Assunção, Marcello Felisberto Morais Assunção, “*Ver o Outro nos Próprios Olhos*”: A Revista Brasília e o Projeto de Lusitanização do Atlântico Sul (1942-1949). (Tese de mestrado, Universidade Federal de Goiás, 2014).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A *Vida do Instituto de Estudos Brasileiros*. *Revista Brasília*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942.
- Acciaiuoli, Margarida. *Exposições do Estado Novo 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.
- Assunção, Marcello Felisberto Morais. “*Ver o Outro nos Próprios Olhos*”: *A Revista Brasília e o Projeto de Lusitanização do Atlântico Sul (1942-1949)*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2014.
- Agostinho, José. *Os Açorianos e o Clima do Brasil*. *Revista Brasília. Artigos*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942.
- Benjamin, Walter. “Sobre o Conceito de História.” In *Magia, Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre Literatura e História da Cultura*. São Paulo Editora Brasiliense, 1985.
- Carvalho, A. Ferraz. *Angola, Pequeno Brasil*. *Revista Brasília. Artigos*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942.
- Carvalho, Pinto de. *A Companhia de Jesus e a Colonização do Brasil*. *Revista Brasília. Artigos*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942.
- Carvalho, Pinto de. *História do Brasil, vols. I e II (Pedro Calmon)*. *Revista Brasília. Crítica*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943.
- Catroga, Fernando. “Ritualizações da História.” In *História da História de Portugal*, ed. Fernando Catroga, José Maria Amado Mendes; Luís Reis Torgal. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.
- Falcon, Francisco José Calazans. “Historiografia Portuguesa Contemporânea: Um Ensaio Histórico Interpretativo.” *Estudos Históricos* 1 (1988).
- FARINHA, Luis. *O Revirvalho: revoltas republicanas contra a ditadura do Estado Novo (1926-1940)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- Ferreira, Marie-Jo. *Os Portugueses, Atores das Relações Luso-Brasileiras, Fim do Século XIX, Início do Século XX*. Acedido a 21 de Abril de 2015. http://www.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/quartas_no_arquivo/2007/palestra_MarieJoFerreira.pdf.
- Godinho, Vitorino Magalhães. “Historiografia Portuguesa no Século XX.” In *Antologia da Historiografia Portuguesa: De Herculano aos nossos Dias*, ed. Marques, A. H. Lisboa: Publicações Europa-América, 1975.
- Gomes, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- Lima, Fernando de Castro. *O Folclore da Restauração (Joaquim Ribeiro)*. *Revista Brasília. Crítica*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943.
- Madahil, Rocha. *O Descobrimento do Brasil (Alfredo Pimenta)*. *Revista Brasília. Crítica*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943.
- Madahil, Rocha. *Para a História dos Processos do Povoamento Português no Brasil*. *Revista Brasília. Documentos*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943.
- Matos, Sérgio Campos. *História, Mitologia, Imaginário Nacional: A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- Matos, Sérgio Campos. “O Ultranacionalismo da Memória Institucional.” In *Portugal Contemporâneo (1926-1968)*. Volume IV, ed. Reis, António. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.
- Marques, A. H. Oliveira. “Apresentação.” In *Antologia da Historiografia Portuguesa*. Vol. I, ed. Marques, A. H. Oliveira. Lisboa: Publicações Europa-América, 1974.
- Mendes, J. Amado. “Caminhos e Problemas da Historiografia Portuguesa.” In *História da História de Portugal*, ed. Fernando Catroga, José Maria Amado Mendes, Luís Reis Torgal. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996..

Moreira, Nuno Miguel Magarinho Bessa. *A Revista de História (1912-1928): Uma Proposta de Análise Histórico-Historiográfica*. Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, 2012.

Nemésio, Vitorino. *Pequena Antologia dos Primeiros Escritos Brasileiros. Revista Brasília. Antologia*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943.

Nunes, João Paulo Avelãs. *A História Económica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1911-1974): Ascensão e Queda de um Paradigma Historiográfico*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993.

Nunes, João Paulo Avelãs. “O Estado, a Historiografia e outras Ciências/Tecnologias Sociais.” In *Historiografias Portuguesa e Brasileira no Século XX: Olhares Cruzados*, ed. João Paulo Avelãs Nunes, Américo Freire. Coimbra: IUC, 2013.

Orlandi, Eni Pulcinelli. *Terra à Vista, Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.

Peixoto, Afrânio. *Brasileiros e Portugueses. Revista Brasília. Antologia*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. I, 1942.

Pimenta, Alfredo. *Alguns Documentos para a História Comum Portuguesa-Brasileira. Revista Brasília. Documentos*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. III, 1946.

Pimenta, Alfredo. *Alguns Documentos para a História Comum Portuguesa-Brasileira. Revista Brasília. Notas*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. III, 1949.

Ramos do Ó, Jorge. *Os Anos de Ferro: Dispositivo Cultural durante a Política do Espírito, 1933-1949*. Lisboa: Estampa, 1999.

Fernando Rosas. *Portugal entre a paz e a guerra: Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesa 1939-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990.

Salazar, António de Oliveira. *Discursos e Notas Políticas*, vol. 2. Coimbra: Coimbra Editora, 1959.

Schiavon, Carmem G. Burget. *Estado Novo e Relações Luso-Brasileiras*. Tese de Doutoramento. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul, 2007.

Soares, Torquato de Sousa. *História do Brasil (Afrânio Peixoto). Revista Brasília. Crítica*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, v. II, 1943.

Sousa, José Manuel Guedes. *Vitorino Magalhães Godinho: História e Cidadania*. Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa, 2012.

Torgal, Luís Reis. “Sob o signo da ‘reconstrução nacional.’” In *História da História de Portugal*, ed. Fernando Catroga, José Maria Amado Mendes, Luís Reis Torgal. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

Referência para citação:

Assunção, Marcello Felisberto Moraes de. “A historiografia portuguesa em tempos de ‘política do espírito’: o caso da revista *Brasília*, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra (1942-1949).” *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1, n.º 2 (2016): 57-88.